



Número: **0802503-52.2019.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **25/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27262354	25/12/2019 21:57	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
27262366	25/12/2019 21:57	<a href="#">01 INICIAL DPVAT VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA</a>	Outros Documentos
27262365	25/12/2019 21:57	<a href="#">02 BO</a>	Outros Documentos
27262364	25/12/2019 21:57	<a href="#">03 PROCURAÇÃO AD JUDICIA</a>	Procuração
27262363	25/12/2019 21:57	<a href="#">04 RG E CPF</a>	Outros Documentos
27262362	25/12/2019 21:57	<a href="#">05 DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA</a>	Outros Documentos
27262361	25/12/2019 21:57	<a href="#">06 COMPROVANTE DE RESIDENCIA</a>	Outros Documentos
27262360	25/12/2019 21:57	<a href="#">07 DOCUMENTO DO VEÍCULO</a>	Outros Documentos
27262357	25/12/2019 21:57	<a href="#">08 LAUDO MÉDICO</a>	Outros Documentos
27262356	25/12/2019 21:57	<a href="#">09 NEGATIVA ADMINISTRATIVA</a>	Outros Documentos
27262355	25/12/2019 21:57	<a href="#">10 PRONTUÁRIO</a>	Outros Documentos
28207028	14/02/2020 10:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30036715	21/04/2020 16:52	<a href="#">PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA</a>	Petição
30036724	21/04/2020 16:52	<a href="#">02 CERTIDÃO DE CASAMENTO</a>	Documento de Identificação
30036723	21/04/2020 16:52	<a href="#">03 CARTÃO DO BOLSA FAMILIA</a>	Outros Documentos
30036722	21/04/2020 16:52	<a href="#">04 EXTRATO DE PAG DO BOLSA FAMILIA</a>	Outros Documentos
30036721	21/04/2020 16:52	<a href="#">05 RG FRENTE</a>	Documento de Identificação
30036720	21/04/2020 16:52	<a href="#">06 RG VERSO E CPF</a>	Outros Documentos
30036719	21/04/2020 16:52	<a href="#">07 PARECER MPPB PELO DEFERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA</a>	Outros Documentos

30036 729	21/04/2020 16:52	<a href="#">01 PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA</a>	Outros Documentos
33225 366	14/08/2020 12:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA  
DA COMARCA DE ITAPORANGA – PB.**

**VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 979.624.814-04, Rua José Salvino de Lacerda, s/nº, centro, Curral Velho – PB, Cep.: 58.990-000, por conduto de seu advogado “in fine” assinado, conforme procuração anexa, com escritório no endereço abaixo timbrado, onde recebe intimações e/ou notificações de estilo deste Juízo, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

## **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA**

Em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrita no CNPJ: 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 20.031-201, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**



O promovente afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da justiça gratuita. Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com as custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC e o art. 5º da Carta Magna Brasileira.

## DA SINÓPSE FÁTICA E DOS FUNDAMENTOS

**VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA** foi vítima de acidente de moto quando trafegava em estrada de terra no sítio currais novos no município de Curral Velho - PB, no dia 30/10/2019, conforme boletim de ocorrência policial anexo.

O demandante providenciou os documentos exigidos pela seguradora a exemplo do licenciamento do carro, boletim de ocorrência, laudos médicos e requereu sua indenização perante a seguradora, todavia a **SEGURADORA no SINISTRO de nº 3190705918 indeferiu o pedido de indenização do demandante;**

Em consequência de tais fatos, é que o demandante vem a juízo ingressar com a presente ação de cobrança do seguro dpvat.

## DO DIREITO



Assim dispõe a lei 6.194/76, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A respeito do tema, em situações semelhantes já decidiu o egrégio TJPB no seguinte aresto, senão vejamos:

Processo:07520070025897001Decisão:DecisãoRelator:DES JOSÉ RICARDO PORTOÓrgão Julgador:TRIBUNAL PLENOData do Julgamento:13/08/2012

Ementa:APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS **QUESTÕES PRÉVIAS**. - **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, conforme preconiza a Lei nº 6.194/74, em seu art.7º . - O recebimento do seguro DPVAT não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.** - Ao juiz incumbe aferir a necessidade ou não da produção das provas requeridas pelas partes, sendo-lhe facultado indeferir aquelas que entender desnecessárias à formação do seu convencimento art. 130, CPC.

MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que estipulou a verba em



atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes.

Igualmente é o que nos afirma o Acórdão do TJMG a seguir arrolado:

**Número do processo:1.0433.07.226331-5/001(1)**

**Acórdão Indexado!**

**Relator:** BITENCOURT MARCONDES

**Relator do Acórdão:** BITENCOURT MARCONDES

**Data do Julgamento:** 17/12/2008

**Data da Publicação:** 23/01/2009

**Inteiro Teor:**

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, alínea 'b', possibilita à Administração graduar o valor da indenização no caso de invalidez permanente, de forma que o pagamento do SEGURO em valor inferior a 40 salários mínimos não é ilegal, desde que, é claro, seja observado o princípio da proporcionalidade na fixação da indenização. Comprovada a ocorrência do acidente de trânsito, bem como do dano dele decorrente (debilidade permanente no membro inferior direito), o beneficiário tem direito ao recebimento da indenização do SEGURODPVAT, em valor proporcional ao grau de invalidez, nos termos da Resolução nº 01/75, do CNSP. O recebimento, na via administrativa, de parte do valor da indenização não retira o direito da parte de pleitear, em juízo, a quantia restante, porquanto a quitação perante a Seguradora somente diz respeito à importância que foi efetivamente recebida. A fixação da indenização em salários mínimos é perfeitamente possível, porque o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74 refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0433.07.226331-5/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): CAMPOS FERREIRA DA SILVA - APELADO(A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. BITENCOURT MARCONDES

ACÓRDÃO Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008.

A propósito, leciona Humberto Theodoro Júnior, que:



"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arroladas seja admitida pelo juiz. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente." (Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 18ª ed., p.421)

## DO PEDIDO

### *Ex positis, requer:*

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC;
- b) A Expedição do competente **MANDADO DE CITAÇÃO por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ou de forma eletrônica** nos termos do art. 246 do CPC para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- c) E, ao final, a presente ação seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para condenar **A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, no pagamento da indenização por invalidez de acordo com o grau de sequela do laudo da perícia judicial, acrescidas de juros de mora da CITAÇÃO e correção monetária que deverão incidir desde a respectiva data do fato;
- d) A condenação em honorários advocatícios a serem fixados em 20% (vinte por cento) por este Juízo;
- e) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme art. [319](#), [VII](#), do [CPC/2015](#);



f) Assim, portanto, protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, depoimento pessoal do representante legal da demandada, sob pena de confesso, oitiva de testemunhas, perícia médica, desde já arroladas, onde comparecerão nas audiências independentemente de intimações, juntada de outros documentos, etc., tudo, de logo requerido.

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 998,00** (novecentos e noventa e oito reais), **apenas** para fins de alçada.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Diamante (PB), 25 de dezembro de 2019.

---

**José Nicodemos Diniz Neto. .**

**Advogado – OAB/PB – 12.130**







**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_  
VARA DA COMARCA DE ITAPORANGA – PB.**

**VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 979.624.814-04, Rua José Salvino de Lacerda, s/nº, centro, Curral Velho – PB, Cep.: 58.990-000, por conduto de seu advogado “in fine” assinado, conforme procuração anexa, com escritório no endereço abaixo timbrado, onde recebe intimações e/ou notificações de estilo deste Juízo, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

## **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA**

Em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrita no CNPJ: 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 20.031-201, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

O promovente afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da

Escritório Diamante  
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N  
Centro - Diamante / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura  
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N  
Centro - Boa Ventura / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa  
End: Av. Nº Senhora de Fátima, 1843 SL 112  
Torre - João Pessoa / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

1





justiça gratuita. Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com as custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC e o art. 5º da Carta Magna Brasileira.

#### DA SINÓPSE FÁTICA E DOS FUNDAMENTOS

**VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA** foi vítima de acidente de moto quando trafegava em estrada de terra no sítio currais novos no município de Curral Velho - PB, no dia 30/10/2019, conforme boletim de ocorrência policial anexo.

O demandante providenciou os documentos exigidos pela seguradora a exemplo do licenciamento do carro, boletim de ocorrência, laudos médicos e requereu sua indenização perante a seguradora, todavia a **SEGURADORA no SINISTRO de nº 3190705918 indeferiu o pedido de indenização do demandante;**

Em consequência de tais fatos, é que o demandante vem a juízo ingressar com a presente ação de cobrança do seguro dpvat.

#### DO DIREIRO

Assim dispõe a lei 6.194/76, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).(Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Escritório Diamante  
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N  
Centro - Diamante / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura  
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N  
Centro - Boa Ventura / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa  
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112  
Torre - João Pessoa / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

2





III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A respeito do tema, em situações semelhantes já decidiu o egrégio TJPB no seguinte aresto, senão vejamos:

Processo:07520070025897001Decisão:DecisãoRelator:DES JOSÉ RICARDO PORTOÓrgão Julgador:TRIBUNAL PLENOData do Julgamento:13/08/2012

Ementa:APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS **QUESTÕES PRÉVIAS**. - **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, conforme preconiza a Lei nº 6.194/74, em seu art.7º . - O recebimento do seguro DPVAT não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.** - Ao juiz incumbe aferir a necessidade ou não da produção das provas requeridas pelas partes, sendo-lhe facultado indeferir aquelas que entender desnecessárias à formação do seu convencimento art. 130, CPC.

MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que estipulou a verba em atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente

Escritório Diamante  
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N  
Centro - Diamante / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura  
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N  
Centro - Boa Ventura / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa  
End: Av. Nº Senhora de Fátima, 1843 SL 112  
Torre - João Pessoa / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

3





para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes.

Igualmente é o que nos afirma o Acórdão do TJMG a seguir arrolado:

**Número do processo: 1.0433.07.226331-5/001(1)**

**Acórdão Indexado!**

**Relator:** BITENCOURT MARCONDES

**Relator do Acórdão:** BITENCOURT MARCONDES

**Data do Julgamento:** 17/12/2008

**Data da Publicação:** 23/01/2009

**Inteiro Teor:**

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, alínea 'b', possibilita à Administração graduar o valor da indenização no caso de invalidez permanente, de forma que o pagamento do SEGURO em valor inferior a 40 salários mínimos não é ilegal, desde que, é claro, seja observado o princípio da proporcionalidade na fixação da indenização. Comprovada a ocorrência do acidente de trânsito, bem como do dano dele decorrente (debilidade permanente no membro inferior direito), o beneficiário tem direito ao recebimento da indenização do SEGURODPVAT, em valor proporcional ao grau de invalidez, nos termos da Resolução nº 01/75, do CNSP. O recebimento, na via administrativa, de parte do valor da indenização não retira o direito da parte de pleitear, em juízo, a quantia restante, porquanto a quitação perante a Seguradora somente diz respeito à importância que foi efetivamente recebida. A fixação da indenização em salários mínimos é perfeitamente possível, porque o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74 refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0433.07.226331-5/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): CAMPOS FERREIRA DA SILVA - APELADO(A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. BITENCOURT MARCONDES

ACÓRDÃO Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008.

Escritório Diamante  
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N  
Centro - Diamante / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura  
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N  
Centro - Boa Ventura / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa  
End: Av. Nº Senhora de Fátima, 1843 SL 112  
Torre - João Pessoa / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

4





A propósito, leciona Humberto Theodoro Júnior, que:

"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arroladas seja admitida pelo juiz. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente." (Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 18ª ed., p.421)

## DO PEDIDO

### *Ex positis, requer:*

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC;
- b) A Expedição do competente **MANDADO DE CITAÇÃO por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ou de forma eletrônica** nos termos do art. 246 do CPC para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- c) E, ao final, a presente ação seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para condenar **A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, no pagamento da indenização por invalidez de acordo com o grau de sequela do laudo da perícia judicial, acrescidas de juros de mora da CITAÇÃO e correção monetária que deverão incidir desde a respectiva data do fato;
- d) A condenação em honorários advocatícios a serem fixados em 20% (vinte por cento) por este Juízo;
- e) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme art. 319, VII, do CPC/2015;
- f) Assim, portanto, protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, depoimento pessoal do representante legal da demandada, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, perícia médica, desde já arroladas, onde comparecerão nas audiências

Escritório Diamante  
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N  
Centro - Diamante / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura  
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N  
Centro - Boa Ventura / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa  
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112  
Torre - João Pessoa / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

5





independentemente de intimações, juntada de outros documentos, etc., tudo, de logo requerido.

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 998,00** (novecentos e noventa e oito reais), **apenas** para fins de alçada.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Diamante (PB), 24 de dezembro de 2019.

---

**José Nicodemos Diniz Neto. .**  
**Advogado – OAB/PB – 12.130**

---

Escritório Diamante  
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N  
Centro - Diamante / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura  
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N  
Centro - Boa Ventura / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa  
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112  
Torre - João Pessoa / PB  
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434  
e-mail: ndadvogados@outlook.com

6







Secretaria da  
Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral de Polícia  
3ª Delegacia Regional de Polícia Civil  
17ª Delegacia Seccional de Polícia Civil  
Delegacia Distrital de Itaperanga



GOVERNO  
DA PARAÍBA



BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL.

Nº. 1741 / 2019.

NATUREZA DA Ocorrência: Acidente de Trânsito

DATA DO FATO: 30 / Outubro / 2019. HORAS: Noite

SOB A RESPONSABILIDADE DO DEL. POL: Gleberson Fernandes da Silva

Notificante/Vítima:

VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA natural de Curral Velho-PB  
Casado, Pedreiro, nascido no dia 22.07.72, filho de José Salviano  
de Lacerda e Jesna Bizerra de Lacerda, RG 1.799.728/SSP/PB e CPF nº  
979.624.814-04, residente na R. Projatada s/n centro Curral Velho-  
PB.

Histórico de Fato: O (a) notificante, após cientificado (a) das pe-  
nas cominadas ao art. 299 do CPB, declarou o Seguinte:

Que no dia e horas acima citadas, estava vindo de Diamante para C.  
Velho-PB, pelo PB 370, conduzindo a moto HONDA cg 125 FAN KS, cor-  
vermelha, no 2014, placa QFA8304/PB e chassi 9C2JC4110ER722727, em  
nome de JOSE JUVINO DA COSTA e nas imediações do Sítio Currais No-  
vos, área rural de Curral Velho-PB, colidiu com um animal (Bai), ca-  
indo no asfalto, sendo então socorrido por Uma Ambulância do Municí-  
pio para o Hospital Regional de Pates-PB.

Obs. Foi atendido na Madrugada do dia 31.10.2019 no citado Hospi-  
tal.

Itaperanga, Pb, 28 / Novembro / 2019.

Notificante/Vítima: *Valdemir salviano de lacerda*

Escrivão Plantonista:

*Fco. Silva Rodrigues*  
ESC. POLICIAL CIVIL  
CHEFE DE CARTÓRIO





## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

**OUTORGANTE:** Valdemir Salviano de Azevedo,  
brasileiro(a), Casado, Padmeiro, CPF  
949.624.814 - 04, com endereço atual  
José Salviano de Azevedo, SIN - centro, Curral Velho - PB  
CEP: 59990-000.

**OUTORGADO:** JOSÉ NICODEMOS DINIZ NETO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n. 12.130 - PB, integrante da sociedade NICODEMOS DINIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no nº 465, com endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, centro, Diamante - PB, Cep. 58.994-000, Tel. fixo (83) 34941013 / 34931151/ cel . 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 9 8862-4525, e-mail: ndadvogados@outlook.com, onde recebe intimações e notificações de estilo.

**PODERES GERAIS PARA O FORO:** por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui, com cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" seu bastante procurador e advogado, o bacharel acima qualificado, para o foro em geral, em qualquer instância e na via administrativa, especialmente para representar e defender os direitos do(a) outorgante no processo(s), ação (ões), e incidente(s) em que seja autor(a), réu/ré, oponente, assistente, litisconsorte, indiciado(a) ou de qualquer maneira interessado(a), podendo, para tanto, usar de todos os recursos necessários.

**PODERES ESPECIAIS:** confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, receber alvará extraído deste processo no respectivo cartório judicial, fazer declaração de hipossuficiência em face custas judiciais, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, requerer ao juízo da causa que lhe pague diretamente os valores relativos aos honorários advocatícios contratuais correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor obtido com a ação, por dedução da quantia a ser percebida pelo (a) OUTORGANTE, em conformidade com que preceitua o art. 22, § 4º da lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) e arts. 35, §1º, §2º e §3º e 38 do Código de Ética e Disciplina da OAB, renunciar, enfim, praticar todos os atos legais visando o bom desempenho do presente mandato, e, afinal, substabelecer, com ou sem reserva de poderes, se assim lhes convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato.

Diamante (PB), 16 de Dezembro de 2019.

xvaldemirsalvianodeazevedo

**OUTORGANTE**





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.709.728 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 05/11/2014

NOME VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA

FILIAÇÃO JOSÉ SALVIANO DE LACERDA  
JOANA BIZERRA DE LACERDA

NATURALIDADE CURRAL VELHO-PB DATA DE NASCIMENTO 22/07/1972

DOC ORIGEM CASAM N.5426 FLS.174V LIV.BAUX 11  
CARTÓRIO ITAPORANGA-PB

CPF 979.624.814-04

Assinatura do Titular

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02  
P-900

Valdemir Salviano de Lacerda

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

979.624.814-04

Nome

VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA

Nascimento

22/07/1972

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identificação

Emissão

CORREIO



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Valdemir Salviano de Azevedo  
\_\_\_\_\_, brasileiro (a), casado(a)/solteiro(a),  
profissão Pedreiro, inscrito(a) no R.G. de n.º  
1.406.728 SSP - 2 e portador(a) do C.P.F. de n.º 949.624.814 -  
04, atualmente residindo na  
Rua/Av. Jose Salviano de Azevedo,  
n.º 51N, Apto n.º -, Ed. -, Bairro  
Centro, cidade Curral Velho - PB.

Declara nos precisos termos do art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (dispõe sobre prova documental), para o fim de obtenção do benefício da Justiça Gratuita, que sua situação econômica não lhe permite pagar às custas processuais e honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

Declara, ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, penais e administrativas constantes do art. 2º da supra citada lei, caso o presente documento não porte a verdade.

Diamante (PB), 16 de Dezembro de 2019.

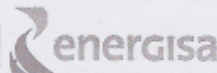
Valdemir Salviano de Azevedo  
DECLARANTE





VALDENIR SALVIANO DE LACERDA  
RUA JOSE SALVIANO DE LACERDA, S/N - CENTRO  
CURRAL VELHO / PB CEP: 58990000 (AG: 154)

Ligação: MONOFÁSICO  
Cte/Sec: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA  
Roteiro: 7 - 159 - 700 - 180  
Medidor: 0000810CE57  
Referência: Nov/2019  
Emissão: 12/11/2019



ENERGISA PARABÁ, DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
1, Km 25 - Centro Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-690  
CNPJ: 08.086.183/0001-40 Insc. Est. 16.315.322-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 084.064.357  
Cód. para Trib. Automático: 00010751444

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Nov / 2019	12/11/2019	12/12/2019	979.624.814-04 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1075144-4

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.  
Só aplica-se a quem não pode pagar. Fique atento ao calendário de vacinação e ao ensino.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
14/10/19	9172	12/11/19	9354	1	182	29
Demonstrativo						
CC	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Alíq.	Valor (R\$)
				ICMS (R\$)	ICMS	Per. (R\$) (0,007%) 3,8679%
0001	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,258500	7,75	7,75	0,06
0001	Consumo > 31 a 100 kWh-BR	62,000	0,443140	27,47	27,47	0,23
0001	Adic. B. Amarela			0,55	0,55	0,00
0001	Adic. B. Vermelha			1,12	1,12	0,01
0010	Subsídio			34,34	34,34	0,22
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0007	CONTRIB. LUM. PÚBLICA			0,78	0,00	0,00
0034	JUROS DE MORA 10/2019			0,01	0,00	0,00
0005	MULTA 10/2019			0,52	0,00	0,00
0008	Desenvolvimento Subsídio			-24,14	0,00	0,00

CC: Código de Classificação do Item TOTAL: 46,40 71,23 17,80 71,23 0,59 2,75  
Tarifa w Tributos: A1930 kWh 0,191710 Até 100 kWh 0,311660

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
99	20/11/2019	R\$ 48,40

#### Histórico de Consumo (kWh)

91	99	113	115	113	105	123	101	85	17	77	82
Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Sep/19	Out/19

#### RESERVADO AO FISCO

65a3.748b.333d.d88f.9e5e.d0ed.51cd.2bd1.

#### Indicadores de Qualidade 9/2019 - Enearge

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
10 MENSAL	3,27	0,00	NOMINAL 220
10 TRIMESTRAL	12,64		
10 ANUAL	25,09		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202
12 MENSAL	3,68	0,00	
12 TRIMESTRAL	9,87		LIMITE SUPERIOR 231
12 ANUAL	13,95		
MAC	3,71	0,00	
MDR	12,22		

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia/PB	9,47	19,56
Compra de Energia	13,65	28,20
Serviço de Transmissão	1,41	2,91
Encargos Setoriais	1,42	2,92
Impostos Diretos e Encargos	22,45	46,38
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	46,40	100,00

Valor do BUBD (R\$ 8/21/19) R\$ 11,10

#### ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 24,14

#### Faturas em atraso





**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - PB**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**  
Nº 014797928219  
DRT 201910000199-2  
EXERCÍCIO 2019

VIA 1 0100705316-7 00/00000000 2019

NO ME NOME  
JOSE JUVINO DA COSTA

CPF / CNPJ 87413701472  
PLACA QFA8304/PB

NOVO PB 9C2JC41-3ER722727

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC  
COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 FAN KS  
ANO FAB. 2014  
COR PREDOMINANTE VERMELHA

CAP / POT / CIL 2 P/124 /CI  
CATEGORIA PARTIC  
VERMELHA

COTA UNICA 00/00/0000  
VENIC. COTA UNICA 1º  
VENIC. COTAS 3º

FAIXA LTV 0  
PARCELAMENTO / COTAS 2º  
3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0  
IOF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0  
DATA DE PAGAMENTO 10/04/2019

\*\*\*\*\*  
SEGURO P A G O 10/04/2019

OBSERVAÇÕES

REST. BEN. TRIBUTARIO 1º OBRIGATORIO

NO VALIDO PARA TRANSFERENCIA 0

CURRAL VELHO-PB LOCAL  
10/04/2019 DATA  
36633 40053

**PB Nº 014797928219 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 87413701472  
EXERCÍCIO 2019  
DATA EMISSÃO 10/04/2019

RENOVAÇÃO 01007053167  
MARCA / MODELO HONDA/CG 125 FAN KS  
ANO FAB. 2014  
DE 1995 Nº CHASSI 9C2JC4110ER722727

CPF / CNPJ 87413701472  
PLACA QFA8304/PB

PREMIO TARIFARIO  
FAS (R\$) \*\*\*\*\*  
DENATRAM (R\$) \*\*\*\*\*  
CUSTO DO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\*  
IOF (R\$) \*\*\*\*\*  
PREMIO TOTAL (R\$) \*\*\*\*\*

COTA UNICA 00/00/0000  
VENIC. COTA UNICA 1º  
VENIC. COTAS 3º

FAIXA LTV 0  
PARCELAMENTO / COTAS 2º  
3º

PREMIO TARIFARIO 0  
IOF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0  
DATA DE PAGAMENTO 10/04/2019

\*\*\*\*\*  
SEGURO P A G O 10/04/2019

OBSERVAÇÕES

SEGURADORA LÍDER - DPVAT  
CNPJ 09.248.409/0001-04

40053-0942420-20190410





# POLICLÍNICA

## N.S. DA CONCEIÇÃO

RADIOLOGIA - MAMOGRAFIA-ULTRASONOGRAFIA- CONSULTAS EM GERAL  
DESINTROMETRIA ÓSSEA

cel.: (93)99694-6860/99169-4264

VALDEMIR S. DE LACERDA.

LAUDO MÉDICO

Paciente vítima de queda moto no  
dia 30.10.19 onde foi socorrido para  
Hospital R. de Pôr onde foi constatado  
luxação do Joelho direito. P. mesmo  
foi levado ao bloco <sup>- SFC</sup> cirurgia para redução  
e redução e após colocação de gesso onde  
se encontra até presente data e  
vai retirar no dia 04.12.19 e realizar  
RPM Joelho direito para avaliar

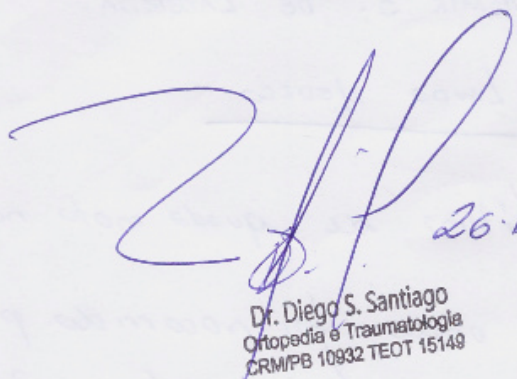
RUA: IRINEU RODRIGUES DA SILVA, 124 - CENTRO - 58780-00 - ITAPORANGA-PB



proteção leu ligamentar e meniscal.

CID: 583.1

M25-S



26.11.19

Dr. Diego S. Santiago  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/PB 10932 TEOT 15149





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190705918

Vítima: VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA

Data do Acidente: 30/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00615/00616 - carta\_07 - INVALIDEZ

00070308



Carta nº 15264229





## RESUMO DE ALTA

Nº ATENDIMENTO 74254  
DATA 31/10/2019 HORA 01:24  
MÉDICO MARCELO AUGUSTO MOREIRA SERAFIM

PRONTUÁRIO 38476  
OPERADOR EALVES

PACIENTE VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA

IDADE 47a 3m

### RESUMO CLÍNICO:

Queda a joia

### DIAGNÓSTICO:

CID-10:

Luxação joelho

### PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Redução + Mobilização

### EVOLUÇÃO E INTERCORRÊNCIAS:

Perda de 5/10 dias com o membro

### ORIENTAÇÕES APÓS A ALTA:

Mobilização de 06 dias

CONDIÇÕES DE ALTA/TRANSFERÊNCIA ( ) Curado (x) Melhorado ( ) Inalterado ( ) Óbito

DESTINO ( ) Residência ( ) Atendimento domiciliar

( ) Transferência para

PATOS/PB, 01 DE 11 DE 2019

João H. Siqueira Laureano  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/PB 7417

MÉDICO/CRM

008







**Estado da Paraíba**

**Poder Judiciário**

**Comarca de Itaporanga**

**Juízo de Direito da 1ª Vara Mista**

Processo nº 0802503-52.2019.8.15.0211

**DESPACHO**

Vistos, etc.



À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e, sobretudo, diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

Conforme a portaria conjunta entre o TJ/PB e a Corregedoria Geral, de nº 02/2018, o magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, diante da efetiva comprovação da hipossuficiência financeira do beneficiário em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única.

Não obstante, a concessão de tal benefício neste momento do processo não impede, posteriormente, a sua revogação, quando comprovada mudança favorável na situação financeira do beneficiário,

No caso em apreço, não vislumbro a comprovação dos pressupostos legais para a concessão do benefício da gratuidade. Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias:**

1. Juntar simulação das custas por meio de consulta no site eletrônico do TJPB, conforme determinado no § 3º da Portaria Conjunta TJPB/CGJ/PB nº 02/2018.
2. Comprovar, por outros meios (tais como: **cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal**), o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou; ,



3. Solicitar, se for o caso, a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Providências necessárias.


Itaporanga/PB, data e assinatura digitais.

**Juiz(a) de Direito**



SEGUE EM PDF PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA



  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVIÇO REGISTRAL "IRINEU RODRIGUES"  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE ITAPORANGA  
**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

**IRINEU RODRIGUES JUNIOR**  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

**FRANCISCA CRIZANTO RODRIGUES**  
**ELIANE ALVES ARAUJO**  
ESCRIVENTES

**- CERTIDÃO DE CASAMENTO -**

CERTIDÃO N.º 2006-

Certifico, que às fls. 174-V, sob n.º 5.426 do livro n.º B-Aux.11 de *Registro de Casamento*, foi feito hoje o assento de matrimônio de VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA e SÔNIA MARIA ÂNGELO JUVINO, que passou a chamar-se SÔNIA MARIA ÂNGELO JUVINO DE LACERDA, contraído perante o Padre Lourival Luis de Sousa, vigário paroquial e as testemunhas Sebastião Salviano de Lacerda e Roberto Mendes Lacerda, paraibanos, agricultor e funcionário, residentes em Curral Velho, desta comarca, sob regime de Comunhão parcial de bens.

Ele, nascido em Curral Velho - Paraíba, aos 22 de julho de 1972, profissão agricultor, domiciliado e residente em Sítio Varzinha, desta comarca, filho de José Salviano de Lacerda e dona Joana Bizerra de Lacerda, paraibanos, aquele falecido, esta residente no Sítio acima citado.

Ela, nascida em Diamante - Paraíba, aos 28 de janeiro de 1979, profissão agricultora, domiciliada e residente em Sítio Large, desta comarca, filha de Pedro Ângelo da Costa e dona Nanuza Juvino da Costa, paraibanos, residentes no Sítio acima citado.

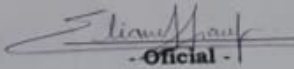
Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 ns.1º, 2º e 4º do Código Civil.

Observações: Casados religiosamente para efeito civil.

O referido é verdade. Dou fé!

Itaporanga - PB, 26 de Janeiro de 2006.

Registro Civil das Pessoas Naturais  
Irineu Rodrigues Junior  
Oficial Reg. Civil  
Francisca Crizanto Rodrigues  
Eliane Alves Araujo  
Escriventes Autorizados  
Itaporanga - PB

  
- Oficial -



20/04/2020

Email – JOSE NICODEMOS DINIZ – Outlook

look.live.com/mail/inbox/id/AQMkADAwATM0MDAAMS1kNDNhLTVmNjAtMDACLTAwCgBGAAAD%2FjFwAm3lgUmUJMyPfRLOawcAv... 2/2



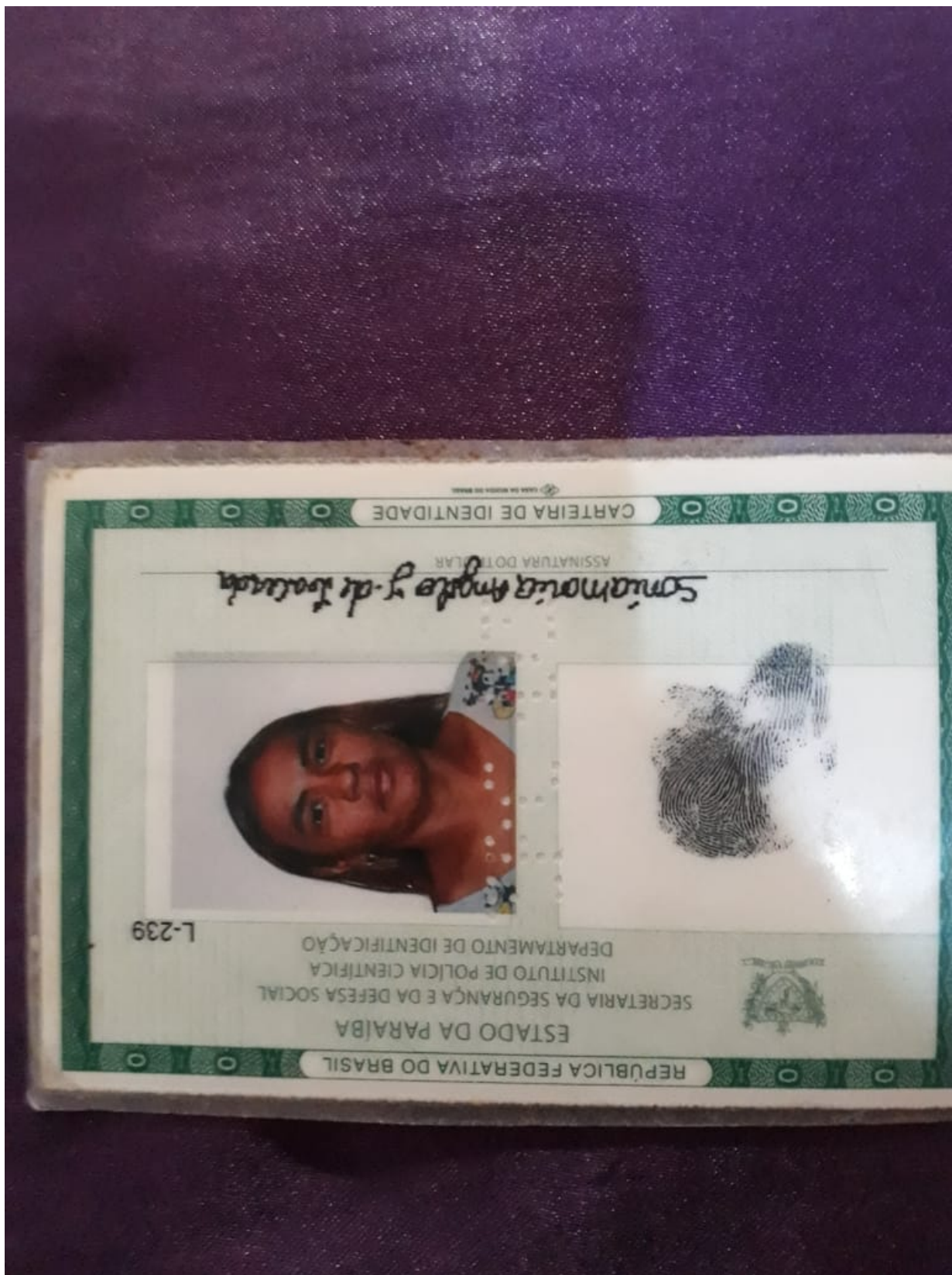
Assinado eletronicamente por: JOSE NICODEMOS DINIZ NETO - 21/04/2020 16:52:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042116521484500000028879455>  
Número do documento: 20042116521484500000028879455

Num. 30036724 - Pág. 2









VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	3.226.745 - 2ª VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO	07/02/2014
NOME	SONIA MARIA ÂNGELO JUVINO DE LACERDA		
FILIAÇÃO	PEDRO ÂNGELO DA COSTA NANUZA JUVINO DA COSTA		
NATURALIDADE	DIAMANTE-PB	DATA DE NASCIMENTO	28/01/1979
DOC ORIGEM	CERT. CAS. Nº5426 - LIV.B AUX 11 - FLS.174V - CARTORIO ITAPORANGA PB		
083.850.644-51		ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA  
*Gabinete do 14º Procurador de Justiça*

Processo n.º **0808921-57.2019.8.15.0000**

Recurso: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Origem: **3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga**

Agravante: **SEBASTIANA PEREIRA ALVES DINIZ**

Agravados: **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A E OUTROS**

Relator: **Desembargador MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**

Órgão Julgador: **3ª Câmara Cível – TJ-PB**

**MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL**

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por Sebastiana Pereira Alves Diniz, irresignada com a r. decisão proferida nos autos da “**Ação Declaratória c/c Antecipação de Tutela c/c Indenização por Danos Materiais e Morais**” ajuizada em face da MPFRE Seguros Gerais S/A e outros, a qual **deferiu parcialmente o pedido de justiça gratuita, reduzindo as despesas processuais no percentual de 80% (oitenta por cento)**, decisão Id. 23441873 do processo principal, processo nº 0800726-32.2019.8.15.0211.

Em razões recursais, ressalta a agravante que não possui condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo próprio ou da família. Ressaltou, ainda, que é aposentada e que sua renda mensal é inferior a 02 (dois) salários mínimos. Com fulcro nesses argumentos requer a reforma da r. decisão.

O pedido de efeito suspensivo ao presente recurso foi indeferido, Id. 4523741.

Contrarrazões não apresentadas.

1



Assinado eletronicamente por: RODRIGO MARQUES DA NOBREGA - 14/12/2019 10:08:50  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912141008504800000005092882>  
Número do documento: 1912141008504800000005092882

Num. 5108778 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: JOSE NICODEMOS DINIZ NETO - 21/04/2020 16:52:17  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042116521701200000028879450>  
Número do documento: 20042116521701200000028879450

Num. 30036719 - Pág. 1

### **É o que importa relatar.**

Inicialmente, assinale-se que a parte promovente, então agravante, é uma cidadã viúva e aposentada que auferia apenas renda oriunda de benefício previdenciário (*quantum* inferior a 05 (cinco) salários mínimos), conforme denotam os documentos acostados aos autos principais.

Assim, em que pese o entendimento adotado no Juízo *a quo*, não se afigura razoável atribuir ao agravante o ônus de arcar com quaisquer custas do presente feito, tendo em vista sua clara hipossuficiência.

Registre-se que a **presunção invertida**, isto é, de que a pessoa possui condições de arcar com as custas processuais, desrespeita o sentido da norma citada, servindo apenas para obstaculizar o pleno acesso ao Judiciário.

Nunca é demais destacar que, no tocante às pessoas físicas, a concessão dos benefícios da justiça gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando a afirmação da parte de que não há como responsabilizar-se pelas custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família, exatamente o que ocorreu.

Desse modo, consoante entendimento sufragado pelo egrégio **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**, *“Se, no momento em que foi formulado o pedido da gratuidade processual, a parte declara não dispor de recursos financeiros suficientes, não poderá o julgador, de ofício, indeferir a pretensão formulada quando não estiverem presentes nos autos os elementos probatórios mínimos capazes de afastar a presunção de pobreza”*, sendo incumbência da parte adversa o ônus de provar o contrário (grifo de agora).

Essa é a exegese que se extrai da leitura do art. 99, §3º, do CPC/15:

**Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.**

[...].

**§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.**



Em sendo assim, cumpre observar que ao Magistrado somente é dado indeferir, **de ofício**, o pedido de justiça gratuita se houver **prova robusta da ausência dos pressupostos necessários** à sua concessão, sendo-lhe defeso, portanto, quebrar a presunção, ainda mais com outra presunção reversa, sem qualquer comprovação efetiva de ausência de hipossuficiência. Evidentemente que tal medida configuraria uma inaceitável afronta ao sagrado princípio do amplo acesso à justiça, insculpido no art. 5º, LXXIV da CF.

Nessa linha de inteligência, seguindo o acertado entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, **os nossos Tribunais pátrios** posicionam-se no sentido de ser suficiente a mera afirmação da parte de que não dispõe de condições financeiras, sem prejuízo próprio ou de sua família, até mesmo porque provar fato negativo, isto é, que não possui condições, é simplesmente inverter o ônus de provar um fato negativo a quem pleiteia um benefício legítimo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIO INDEFERIDO NA ORIGEM. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PREVISTA NO NOVO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. REQUERENTE QUE PERCEBE SALÁRIO DECORRENTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA, ENTRETANTO, DE SINAIS DE RIQUEZA. POSSIBILIDADE DE POSTERIOR REVISÃO DO BENEFÍCIO, NA FORMA DO ART. 100 DO CPC. DECISÃO REFORMADA. É inequívoco que o juiz condutor do feito deve perscrutar a veracidade das alegações efetuadas pelas partes, inclusive no tocante à assistência judiciária, notadamente porque tal benefício somente se justifica para aqueles que se encontram combatidos financeiramente. Nesse contexto, se a parte alega que não tem condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família, e não há nos autos elementos suficientes para infirmar a presunção de veracidade de tal declaração, não há motivos para que o pedido de gratuidade judiciária seja negado, sobretudo para o exato cumprimento da garantia constitucional timbrada no art. 5º, inc. LXXIV, assegurando que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos". RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC; AI 4026638-32.2018.8.24.0000; Lages; Segunda Câmara de Direito Civil; Rel. Des. Jorge Luis Costa Beber; **DJSC 24/06/2019**; Pag. 203).

Ainda sobre o assunto, cumpre o registro do seguinte posicionamento jurisprudencial:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA INDEFERIDO. COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. DECISÃO REFORMADA. I. O benefício da Assistência Judiciária Gratuita deve ser concedido àquelas pessoas que efetivamente são necessitadas, na acepção legal. II. No caso vertente, verifica-



se que a Agravante colacionou aos fólhos documentos que indicam sua condição de hipossuficiência financeira, consoante CTPS, contrato de aluguel e declaração de isenção de imposto de renda às fls. 84/91. III. Outrossim, como declarado na exordial e conforme consta do exame do documento de fl. 86 (Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS), a **Recorrente exerce a profissão de auxiliar de escritório, com remuneração mensal de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), demonstrando-se, portanto, que tem rendimento baixo, restando evidenciada a sua hipossuficiência financeira, haja vista que seu salário está abaixo do parâmetro de 10 (dez) salários mínimos fixado pelos precedentes dos Tribunais pátrios.** IV. Portanto, havendo a comprovação do estado de miserabilidade da Agravante, não há que se falar em indeferimento do benefício da gratuidade da Justiça, motivo pelo qual deve ser reformada a decisão recorrida. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. (TJBA; AI 0019626-34.2016.8.05.0000; Salvador; Quinta Câmara Cível; Relª Desª Carmem Lucia Santos Pinheiro; Julg. 13/12/2016; **DJBA 10/01/2017**; Pág. 57). (destaques de agora)

Julgado deste egrégio TJPB:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PROVÁ SÓLIDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 4º DA LEI FEDERAL N. 1.060/50. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU REFORMADA. PROVIMENTO. Para o deferimento do benefício da justiça gratuita basta a afirmação da situação de pobreza do postulante, no sentido de não dispor de condições de custeio dos encargos processuais, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50. A parte até pode ter bens, mas não dispor de numerários que possam viabilizar, em determinado momento, toda a tramitação processual, como diligências, perícias e outros atos necessários à correta instrução do feito. (TJPB; AI 0002546-15.2015.815.0000; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Onaldo Rocha de Queiroga; **DJPB 14/04/2016**; Pág. 7).

09. Diante desta conjuntura, o alvitre do MINISTÉRIO PÚBLICO, por sua Procuradoria de Justiça, é no sentido do **provimento do presente recurso**, para que seja concedido integralmente o benefício da justiça gratuita a agravante.

É o parecer.

João Pessoa, data do registro eletrônico.

**RODRIGO MARQUES DA NÓBREGA**

*Promotor de Justiça convocado*







**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA - PB.**

**Processo: 0802503-52.2019.8.15.0211**

**Demandante: VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA**

**Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**VALDEMIR SALVIANO DE LACERDA**, já qualificada nos autos, por conduto de seu procurador ao final assinado, vem respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito **INFORMAR E REQUERER O SEGUINTE:**

I – Que o autor é **AGRICULTUR** de subsistência e não exerce nenhuma atividade remunerada, a única fonte de renda da família é o valor de R\$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais) do programa social balsa família em nome de sua esposa, conforme documentos anexos.

II – O demandante é agricultor e não tem renda, estando abaixo da linha da pobreza.

III – O CPC assim determina em seu art. 99, § 2º, veja:

**§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a**

1

**NICODEMOS DINIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ/MF sob o nº 24.048.914/0001-90**  
Endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, Centro, Diamante – PB,  
Cep. 58.994 - 000, Tel. (83) 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 3494-1013,  
Email: ndadvogados@outlook.com





comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.  
[Grifo nosso]

**§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.**

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da justiça gratuita.

Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com às custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Destarte, é de bom alvitre informar que o demandante juntou aos autos declaração de hipossuficiência.

IV – A CF assim determina em seu Art. 5º, **XXXV**, veja:

Art. 5º, **XXXV** – “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

V – Dos documentos trazidos à colação, a exemplo do extinto contrato de trabalho e carteira de sócio em Comunidade rural, vê-se claramente que o demandante é agricultor e não tem as mínimas condições de arca com as custas judiciais.

VI - Segue brilhante parecer do MP de 2º grau, veja:







MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA  
Gabinete do 14º Procurador de Justiça

Processo n.º 0808921-57.2019.8.15.0000

Recurso: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Origem: **3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga**

Agravante: **SEBASTIANA PEREIRA ALVES DINIZ**

Agravados: **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A E OUTROS**

Relator: **Desembargador MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**

Órgão Julgador: **3ª Câmara Cível – TJ-PB**

#### MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por Sebastiana Pereira Alves Diniz, irressignada com a r. decisão proferida nos autos da “**Ação Declaratória c/c Antecipação de Tutela c/c Indenização por Danos Materiais e Morais**” ajuizada em face da MPFRE Seguros Gerais S/A e outros, a qual **deferiu parcialmente o pedido de justiça gratuita, reduzindo as despesas processuais no percentual de 80% (oitenta por cento)**, decisão Id. 23441873 do processo principal, processo nº 0800726-32.2019.8.15.0211.

Em razões recursais, ressalta a agravante que não possui condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo próprio ou da família. Ressaltou, ainda, que é aposentada e que sua renda mensal é inferior a 02 (dois) salários mínimos. Com fulcro nesses argumentos requer a reforma da r. decisão.

O pedido de efeito suspensivo ao presente recurso foi indeferido, Id. 4523741.

Contrarrazões não apresentadas.





**É o que importa relatar.**

Inicialmente, assinale-se que a parte promovente, então agravante, é uma cidadã viúva e aposentada que aufera apenas renda oriunda de benefício previdenciário (*quantum* inferior a 05 (cinco) salários mínimos), conforme denotam os documentos acostados aos autos principais.

Assim, em que pese o entendimento adotado no Juízo *a quo*, não se afigura razoável atribuir ao agravante o ônus de arcar com quaisquer custas do presente feito, tendo em vista sua clara hipossuficiência.

Registre-se que a **presunção invertida**, isto é, de que a pessoa possui condições de arcar com as custas processuais, desrespeita o sentido da norma citada, servindo apenas para obstaculizar o pleno acesso ao Judiciário.

Nunca é demais destacar que, no tocante às pessoas físicas, a concessão dos benefícios da justiça gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando a afirmação da parte de que não há como responsabilizar-se pelas custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família, exatamente o que ocorreu.

Desse modo, consoante entendimento sufragado pelo egrégio **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**, *“Se, no momento em que foi formulado o pedido da gratuidade processual, a parte declara não dispor de recursos financeiros suficientes, não poderá o julgador, de ofício, indeferir a pretensão formulada quando não estiverem presentes nos autos os elementos probatórios mínimos capazes de afastar a presunção de pobreza”*, sendo incumbência da parte adversa o ônus de provar o contrário (grifo de agora).

Essa é a exegese que se extrai da leitura do art. 99, §3º, do CPC/15:

**Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.**

[...].

**§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.**

2

4

**NICODEMOS DINIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ/MF sob o nº 24.048.914/0001-90**  
Endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, Centro, Diamante – PB,  
Cep. 58.994 - 000, Tel. (83) 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 3494-1013,  
Email: ndadvogados@outlook.com





Em sendo assim, cumpre observar que ao Magistrado somente é dado indeferir, **de ofício**, o pedido de justiça gratuita se houver **prova robusta da ausência dos pressupostos necessários** à sua concessão, sendo-lhe defeso, portanto, quebrar a presunção, ainda mais com outra presunção reversa, sem qualquer comprovação efetiva de ausência de hipossuficiência. Evidentemente que tal medida configuraria uma inaceitável afronta ao sagrado princípio do amplo acesso à justiça, insculpido no art. 5º, LXXIV da CF.

Nessa linha de intelecção, seguindo o acertado entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, **os nossos Tribunais pátrios** posicionam-se no sentido de ser suficiente a mera afirmação da parte de que não dispõe de condições financeiras, sem prejuízo próprio ou de sua família, até mesmo porque provar fato negativo, isto é, que não possui condições, é simplesmente inverter o ônus de provar um fato negativo a quem pleiteia um benefício legítimo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIO INDEFERIDO NA ORIGEM. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PREVISTA NO NOVO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. REQUERENTE QUE PERCEBE SALÁRIO DECORRENTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA, ENTRETANTO, DE SINAIS DE RIQUEZA. POSSIBILIDADE DE POSTERIOR REVISÃO DO BENEFÍCIO, NA FORMA DO ART. 100 DO CPC. DECISÃO REFORMADA. É inequívoco que o juiz condutor do feito deve perscrutar a veracidade das alegações efetuadas pelas partes, inclusive no tocante à assistência judiciária, notadamente porque tal benefício somente se justifica para aqueles que se encontram combatidos financeiramente. Nesse contexto, se a parte alega que não tem condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família, e não há nos autos elementos suficientes para infirmar a presunção de veracidade de tal declaração, não há motivos para que o pedido de gratuidade judiciária seja negado, sobretudo para o exato cumprimento da garantia constitucional timbrada no art. 5º, inc. LXXIV, assegurando que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos". RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC; AI 4026638-32.2018.8.24.0000; Lages; Segunda Câmara de Direito Civil; Rel. Des. Jorge Luis Costa Beber; **DJSC 24/06/2019**; Pag. 203).

jurisprudencial:

Ainda sobre o assunto, cumpre o registro do seguinte posicionamento

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA INDEFERIDO. COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. DECISÃO REFORMADA. I. O benefício da Assistência Judiciária Gratuita deve ser concedido àquelas pessoas que efetivamente são necessitadas, na acepção legal. II. No caso vertente, verifica-

3

5

**NICODEMOS DINIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ/MF sob o nº 24.048.914/0001-90**  
Endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, Centro, Diamante – PB,  
Cep. 58.994 - 000, Tel. (83) 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 3494-1013,  
Email: ndadvogados@outlook.com







se que a Agravante colacionou aos fôlios documentos que indicam sua condição de hipossuficiência financeira, consoante CTPS, contrato de aluguel e declaração de isenção de imposto de renda às fls. 84/91. III. Outrossim, como declarado na exordial e conforme consta do exame do documento de fl. 86 (Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS), a Recorrente exerce a profissão de auxiliar de escritório, com remuneração mensal de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), demonstrando-se, portanto, que tem rendimento baixo, restando evidenciada a sua hipossuficiência financeira, haja vista que seu salário está abaixo do parâmetro de 10 (dez) salários mínimos fixado pelos precedentes dos Tribunais pátrios. IV. Portanto, havendo a comprovação do estado de miserabilidade da Agravante, não há que se falar em indeferimento do benefício da gratuidade da Justiça, motivo pelo qual deve ser reformada a decisão recorrida. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. (TJBA; AI 0019626-34.2016.8.05.0000; Salvador; Quinta Câmara Cível; Relª Desª Carmem Lucia Santos Pinheiro; Julg. 13/12/2016; DJBA 10/01/2017; Pág. 57). (destaques de agora)

Julgado deste egrégio TJPB:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PROVA SÓLIDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 4º DA LEI FEDERAL N. 1.060/50. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU REFORMADA. PROVIMENTO. Para o deferimento do benefício da justiça gratuita basta a afirmação da situação de pobreza do postulante, no sentido de não dispor de condições de custeio dos encargos processuais, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50. A parte até pode ter bens, mas não dispor de numerários que possam viabilizar, em determinado momento, toda a tramitação processual, como diligências, perícias e outros atos necessários à correta instrução do feito. (TJPB; AI 0002546-15.2015.815.0000; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Onaldo Rocha de Queiroga; DJPB 14/04/2016; Pág. 7).

09. Diante desta conjuntura, o alvitre do MINISTÉRIO PÚBLICO, por sua Procuradoria de Justiça, é no sentido do provimento do presente recurso, para que seja concedido integralmente o benefício da justiça gratuita a agravante.

É o parecer.

João Pessoa, data do registro eletrônico.

**RODRIGO MARQUES DA NÓBREGA**

*Promotor de Justiça convocado*

VII - Segue caso semelhante da lavra do Juízo da 2ª Vara Mista Desta Comarca (datado de 13/05/2019 12:23:57):

**“Poder Judiciário da Paraíba**

**2ª Vara Mista de Itaporanga**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800725-47.2019.8.15.0211

6

**NICODEMOS DINIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ/MF sob o nº 24.048.914/0001-90**

Endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, Centro, Diamante – PB,  
Cep. 58.994 - 000, Tel. (83) 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 3494-1013,  
Email: ndadvogados@outlook.com





## DECISÃO

Vistos *etc.*

**Defiro a gratuidade judiciária requerida** (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

**Em relação à tutela de urgência requerida, esta deve ser concedida.**

(...)

Intimem-se as partes do inteiro teor desta decisão.

Passo a dar seguimento ao rito processual.

**Designa-se** a audiência UNA de conciliação, instrução e julgamento **de acordo com a disponibilidade da pauta.**

Após, **cite(m)-se** a(s) parte(s) promovida(s), com as advertências do art. 18, § 1º, da Lei n.º 9.099/95. Conste no ato de comunicação a advertência, em termos claros, da possibilidade de inversão do ônus da prova (enunciado n.º 53 do FONAJE), quando se tratar de relação de consumo (art. 6º, VIII, CDC). Intime(m)-se a mesma a comparecer à audiência designada, oportunidade em que deverá(ão) contestar a ação, sob a forma escrita ou oral (art. 30, lei n.º 9.099/95), admitido pedido contraposto (Art.17, p. ú., lei n.º 9.099/95),

**Intime(m)-se** a(s) parte(s) promovente(s) da audiência designada, advertindo-a(s) que a sua ausência importará na extinção do feito (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95) e eventual condenação em custas processuais.

Cumpra-se. Atos de comunicação necessários.

Itaporanga-PB, data e assinatura digitais.

**Antonio Eugênio Leite Ferreira Neto**

**Juiz de Direito**

7

**NICODEMOS DINIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ/MF sob o nº 24.048.914/0001-90**  
Endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, Centro, Diamante – PB,  
Cep. 58.994 - 000, Tel. (83) 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 3494-1013,  
Email: ndadvogados@outlook.com





<sup>1</sup>NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao CPC – NOVO CPC – Lei 13.105/2015, 1ª ed., 2ª tiragem, São Paulo: RT, 2015, p. 857-8.”

VIII - Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98, 99, § 3º do CPC /2015.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Itaporanga - PB, 21 de abril e 2020.

---

**José Nicodemos Diniz Neto. .**  
**Advogado – OAB/PB – 12.130**





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE ITAPORANGA**

**1ª VARA MISTA**

Autos nº: 0802503-52.2019.8.15.0211

**DESPACHO**

Vistos *etc.*

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Verifico que se afigura desnecessária (e mesmo desaconselhável, ineficiente - art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF) a designação exclusiva de **audiência de conciliação**. Ademais, segundo a rotina forense nesta Comarca, a marcação exclusiva do ato vem servindo simplesmente para abarrotar a pauta de audiências,



transmutando-se em mero procedimento formal, indo de encontro ao modelo gerencial (melhores resultados com o menor número de atos) que deve pautar também a prestação jurisdicional.

Ressalto que nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como **fase preliminar da própria audiência de instrução (art. 359, NCPC)**, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação. Logo, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, **deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação**(art. 3º, § 3º c/c art.139, VI, ambos do NCPC e Enunciado n.35 da ENFAM).

**Cite(m)-se o(s) acionado(s) para apresentar(em) contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia.**

**Apresentada a contestação, intime-se o autor para impugnar em 15 dias.**

Cumpra-se.

Itaporanga/PB,data e assinatura digitais.

*Juiz(a) de Direito*

<sup>1</sup> Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

<sup>2</sup> Art. 250. O mandado que o oficial de justiça tiver de cumprir conterá:

I - os nomes do autor e do citando e seus respectivos domicílios ou residências;

II - a finalidade da citação, com todas as especificações constantes da petição inicial, bem como a menção do prazo para contestar, sob pena de revelia, ou para embargar a execução;

III - a aplicação de sanção para o caso de descumprimento da ordem, se houver;

IV - se for o caso, a intimação do citando para comparecer, acompanhado de advogado ou de defensor público, à audiência de conciliação ou de mediação, com a menção do dia, da hora e do lugar do comparecimento;

V - a cópia da petição inicial, do despacho ou da decisão que deferir tutela provisória;

VI - a assinatura do escrivão ou do chefe de secretaria e a declaração de que o subscreve por ordem do juiz.





